

## A CRÍTICA DE FEUERBACH À AUTONOMIA MORAL: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO AUTÔNOMO EM IMMANUEL KANT

João Batista Mulato Santos\*

**Resumo:** Feuerbach (1804-1872) percebe na filosofia moral kantiana uma supervalorização da autonomia moral. Esta traz implicações ao sujeito moral moderno e contemporâneo. Deste modo, tentaremos demonstrar como Kant edifica e fortalece a autonomia moral e cria, segundo Feuerbach, o ideal de um homem isolado e cindido entre razão e sensibilidade. Para tanto, partiremos da perspectiva de Feuerbach e evidenciaremos as origens da ideia de autonomia moral no Iluminismo, o pioneirismo de Feuerbach sobre esta temática, a moral kantiana e o conflito gerado entre razão e natureza. Por fim, demonstraremos as consequências de um *ethos* forjado dentro de um viés subjetivista.

**Palavras chave:** Autonomia moral. Natureza. Feuerbach. Indivíduo. Gênero humano.

### FEUERBACH'S CRITICISM OF MORAL AUTONOMY: AN ANALYSIS ON THE CONSTRUCTION OF THE AUTONOMOUS SUBJECT IN IMMANUEL KANT

**Abstract:** Feuerbach (1804-1872) considers Kant's moral philosophy (1724-1804) to be an overvaluation of moral autonomy. This has implications for the modern and contemporary moral subject. Thus, we will try to demonstrate how Kant builds and strengthens the idea of moral autonomy and creates the ideal of a man isolated and split between reason and sensitivity. To do so, we will start from Feuerbach's perspective and highlight the origins of the idea of moral autonomy in the Enlightenment, the Feuerbach's pioneering spirit on this theme, Kantian morality and the conflict generated between reason and nature. Finally, we will demonstrate the consequences of an *ethos* forged within an individualistic bias.

**Keywords:** Moral autonomy. Nature. Feuerbach. Individual. Human Gender.

### Introdução

O presente artigo está situado no contexto da filosofia alemã no período da modernidade e se estende até a contemporaneidade no intuito de compreendermos as consequências de um *ethos* forjado a partir da perspectiva do movimento Iluminista<sup>96</sup> do século XVIII. Desta maneira, esta pesquisa terá como foco a crítica de Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872) à ideia de autonomia moral que, segundo ele, isola o homem da natureza (*Natur*) e de seu gênero (*Menschen*) porque o divide em dois, a saber, razão e

---

\* Mestre em Filosofia – UFC. E-mail: m.i.n.joao.batista@gmail.com.

<sup>96</sup> Aqui será considerado o Iluminismo como um todo, isto é, os vários movimentos surgidos na Europa do século XVIII que valorizavam a razão como fonte norteadora da ação humana em seus diversos seguimentos (moral, político, pedagógico, social).

sensibilidade. Essa dicotomia é alvo da crítica deste autor ao passo que subordina a sensibilidade à razão negando assim o caráter único e interdependente dessas duas dimensões indivisíveis no gênero humano.

O interesse pelo objeto de estudo desta pesquisa se justifica como uma tentativa de expandir a área de atuação da filosofia feuerbachiana para além do tema da religião tão comumente estudado em nosso País. Assim, essa crítica pode ser analisada hoje como uma importante ferramenta para compreendermos também os mecanismos internos presentes no processo de formação do *ethos* da cultura ocidental judaico-cristã.

A crítica à ideia de autonomia moral desvela o espírito de nossa era que através do individualismo moderno, baseado no absoluto “sentimento de si”, encontra-se ainda em pleno vigor em nossa estrutura social. Nesta o ser humano somente é portador da *virtus* ao passo que se constrói como sujeito iluminado pela razão, autônomo, independente e que domina sua sensibilidade, como foi estabelecido no *Aufklärung*.

O conceito de *Aufklärung*, isto é, o esclarecimento é a saída do homem do estado de menoridade que ele deve imputar a si mesmo, assim, responde Kant à pergunta *O Que é Iluminismo?* (1784) em seu texto publicado em uma revista berlinense. A menoridade deve ser compreendida como a incapacidade de servir-se de seu próprio intelecto sem a orientação de outro, isto é, sem nenhuma forma de constrangimento ou influência direta de outrem sobre a tomada de decisões do sujeito moral, a não ser que este seja naturalmente incapaz por falta de inteligência própria e não por falta de poder de decisão e coragem para assumir as rédeas de sua vida.

Os iluministas<sup>97</sup> proferiram ao longo de suas obras uma confiança demasiada, mas não ingênua, na razão humana utilizando-a como parâmetro último para desconstruir preconceitos herdados pela tradição. Almejaram a libertação do homem em relação aos dogmas metafísicos, superstições religiosas, tiranias políticas fundadas em concepções místicas e no direito sobrenatural. Assim, se configuraram os movimentos iluministas que expressavam valores da então burguesia emergente.

---

<sup>97</sup> Por iluministas nos referimos a autores modernos de diversos lugares da Europa, da Itália à Alemanha, da França à Inglaterra, de parte da Rússia e até de Portugal. Autores como Immanuel Kant (1724 – 1804), John Locke (1632-1704), Isaac Newton (1642-1727), Voltaire (ou François-Marie Arouet) (1692-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), dentre outros.

*Sapere aude!* Ouse saber! Este foi lema do Iluminismo, um articulado movimento filosófico, pedagógico e político que estava em consonância com as camadas cultas e a ativa burguesia que se estabelecia como classe dominante nos diversos países da Europa (REALE, 2005, 221). A “razão” dos iluministas promove uma defesa do conhecimento científico e da técnica no sentido de transformação da realidade em uma melhora das condições humanas de modo progressivo, não apenas materiais, mas também das condições espirituais.

Feuerbach não deixa de reconhecer o Iluminismo como um importante movimento que, através de pensadores como Immanuel Kant (1724-1804), conseguiu avançar passando por cima da velha metafísica em direção aos ideais de esclarecimento. No entanto, construiu um ideal de homem exageradamente autônomo, individual e subjetivista que na análise feuerbachiana se estende até a filosofia especulativa alemã e põe a sensibilidade em um plano secundário e em oposição à razão.

### **Kant e a Autonomia Moral**

Para Kant, a ideia de autonomia moral é um conceito central na fundamentação de sua doutrina moral e se estabelece totalmente a priori, isto é, não faz uso de elementos condicionantes ou determinantes da experiência, uma vez que o homem não é apenas um ser sensível, não pertence somente ao mundo sensível (*Sinnenwel*), mas um ser que pertence ao mundo inteligível (*Verstandeswelt*). Isto significa que a liberdade do homem, de acordo com a perspectiva kantiana, requer que ele se liberte fundamentalmente da dependência de toda e qualquer determinação por parte da sensibilidade, o que inclui também a influência externa de outrem, afirmando-se no plano da ação, da consciência e da pura subjetividade. Isso quer dizer que somente dessa maneira ele poderá atingir sua humanização<sup>98</sup> e sair da menoridade.

Essa humanização do homem é possível somente no âmbito da razão a fim de superar sua natural disposição ao egoísmo presente na dimensão da sensibilidade, ao passo que terá de se esforçar orientado em direção à virtude e, desta forma, o homem elevará a razão aos conceitos do dever, alcançando assim sua autonomia moral. Para o filósofo de Königsberg, existe um plano da natureza como ordem cósmica que dota o

---

<sup>98</sup> Oliveira, Manfredo. Filosofia na crise da modernidade. Coleção Filosofia 12. São Paulo: Loyola, 1989, p. 22.

homem de razão, mas esta de modo algum tem como finalidade torná-lo feliz, uma vez que se considerarmos as máximas que regulam o princípio de felicidade que Kant define como satisfação com a nossa conduta moral, as máximas exigidas pela moralidade são completamente opostas a essas máximas que regulam o princípio de felicidade.

Kant também aborda a questão da felicidade em sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de 1786 (2ª Ed.) ao observar que

O homem sente em si mesmo um forte contrapeso contra todos os mandamentos do dever que a razão lhe representa como tão dignos de respeito: são as suas necessidades e inclinações, cuja total satisfação ele resume sob o nome de felicidade. Ora a razão impõe as suas prescrições, sem nada aliás prometer às inclinações [...] (KANT, 2007, p. 37).

Desta forma, podemos notar que na filosofia kantiana o conceito de felicidade é desvinculado de qualquer intenção ou propósito que contemple a sensibilidade humana junto à razão, pelo contrário, Kant intenta afastá-lo dela, promovendo assim uma dualidade natureza-razão. Feuerbach rejeita essa perspectiva ao passo que compreende sensibilidade e razão como uma unidade própria da essência humana<sup>99</sup>.

Kant promove uma aparente contradição entre esses dois elementos da condição humana, pelo menos do ponto de vista lógico, pois ambos parecem caminhar em sentidos opostos. Mas se nos atentarmos ao fato de que a felicidade<sup>100</sup>, para Kant, como foi mencionado, se revela na nossa satisfação com a nossa própria conduta moral, dissociada da experiência, e se a entendermos como um dever, então, de certo nos esforçaremos do modo mais decidido para sua implementação enquanto Sumo Bem no mundo.

Deste modo, para Kant, é possível que o sujeito moral contribua para a felicidade do outro mesmo ele estando em constante exposição às influências materiais impostas pela natureza. Assim sendo, é bom deixar claro que essas exigências são um

---

<sup>99</sup> Feuerbach define a essência humana como uma unidade entre vontade, razão e coração [sensibilidade], assim, critica toda e qualquer forma de dualismo que provoca cisão na essência humana (FEUERBACH, 2007, p. 36).

<sup>100</sup> Em sua obra *A Metafísica dos Costumes* (Tradução de: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO – Edições Profissionais Ltda. 2003), p. 231, Kant expõe a felicidade não como felicidade empírica, pois esta definição seria impossível de ser definida, uma vez que todo homem deseja alcançá-la e, no entanto, nenhum sabe dizer ao certo e de acordo consigo mesmo o que ela é exatamente. Desta forma, o filósofo a define como felicidade moral. Também em sua *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (KANT, 2007, p. 54) Kant não encontra um conceito único de felicidade, determinado, a priori e universal, ao passo que este necessita da empiria para ser identificado, variando assim de indivíduo a indivíduo.

imperativo para a manutenção da sua vida e satisfação de suas necessidades básicas. A adversidade, o sofrimento e a carência são elementos que propiciam grande tentação para a violação do próprio dever, desse modo, podemos, mediante a solidariedade e a filantropia, afastar a pobreza de alguém ou pelo menos diminuí-la, pois elas são um obstáculo à felicidade e por consequência uma tentação ao vício.

A ética de Kant tem como ponto de referência principal a ideia de homem enquanto ser livre, isto é, autônomo. A liberdade (*Freiheit*) e a autonomia (*Autonomie*) em Kant devem ser compreendidas, inicialmente, como a capacidade do homem de se autodeterminar no mundo, isto é, como uma emancipação frente ao determinismo da natureza. É bom salientar que o filósofo não desconsidera o homem enquanto animal e ser sensível que faz parte da natureza, mas ao que se refere à dimensão da moralidade deve-se procurar sua legitimação tão somente no plano da razão prática. Assim, o homem como ser livre é, para o pensador de Königsberg, aquele que é capaz de se libertar da dependência das determinações da natureza, afirmando-se, assim, no plano da ação, da consciência e da pura subjetividade.

A questão da subjetividade humana colocada por Kant não se refere apenas a um sentido epistemológico, como o que é tratado ao longo da *Crítica da Razão Pura* (1787), mas também à experiência humana no mundo. Diferentemente do que foi abordado na obra máxima kantiana, cuja preocupação se referia às possibilidades do conhecimento, Kant, em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), tenta buscar um fundamento à metafísica postulando que ela pode dar conta de sua existência respondendo a questões sobre as ações humanas como crítica de uma razão voltada para o problema moral e do dever.

Assim, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* Kant se volta para o problema da moralidade humana de forma sistemática. Ao longo deste livro, procura identificar o que seria o Juízo Sintético *a priori* (supremo princípio da moralidade), o qual toda ação humana deve se submeter, isto é, o imperativo categórico.

A representação de um princípio objetivo, enquanto obrigante para uma vontade, chama-se um mandamento (da razão), e a fórmula do mandamento chama-se imperativo categórico. (...) O imperativo categórico é portanto só um único, que é este: *Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal* (KANT, 1980, p. 48-49).

No imperativo categórico é posto por Kant na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* o supremo princípio da moralidade ao qual toda ação humana deve se submeter. Kant o identifica como regulador de todo o nosso comportamento, e está vinculado a elementos da razão pura prática, isto é, o filósofo se esforça para deixar claro que é inconcebível uma lei moral que tenha qualquer um de seus fundamentos apoiados em bases empíricas.

Portanto, a ação moral só tem validade se o sujeito ético agir de modo autônomo e em conformidade com uma lei que seja universal e necessária. Desta forma, a filosofia moral kantiana se consolida a partir de sua parte pura, ou seja, em sua parte formal e metafísica, retirada de si mesma, de forma lógica e racional, livre das condições empíricas, históricas, psicológicas, sociais e antropológicas e considera o homem como ser livre por meio de um conceito transcendental, não antropológico ou político e que age de modo independente.

### **Feuerbach e a Autonomia Moral**

Na filosofia de Feuerbach o conceito de natureza é essencial para a compreensão de sua proposta ética e, conseqüentemente, de toda sua filosofia moral, uma vez que, para o filósofo, toda nossa estrutura moral é determinada pelos instintos<sup>101</sup> e sua natureza sensível, diferente do que vimos anteriormente em Kant. Esta abordagem se dá a partir da recusa à perspectiva do supranaturalismo moral de autores que contrapõem natureza e razão. Estes filósofos buscavam uma fundamentação última para a moral em princípios metafísicos que desconsideravam a natureza enquanto ente autônomo, desligando-a do cerne fundador dos princípios morais que, desta forma, buscavam uma autonomia demasiada do homem (*Mensch*) frente às questões oriundas da sensibilidade.

Em sua crítica ao teísmo cristão e às filosofias idealistas, Feuerbach toma como ponto de partida o conceito de natureza, ainda que não sistematizado<sup>102</sup>. Toda sua

---

<sup>101</sup> Para Feuerbach, os instintos de felicidade e de autopreservação (*Selbsterhaltungstrieb*) são os elementos determinantes da moralidade, sendo este subordinado a aquele, como bem expressa o autor em seus escritos tardios postumamente publicados sob o título de *Zur Moralphilosophie* e *Über Spiritualismus und Materialismus, besonders in Beziehung auf die*.

<sup>102</sup> Feuerbach deixa claro que não tem a pretensão de criar um sistema filosófico porque sua filosofia assim não exige, pois esta consiste em uma crítica à religião e ao idealismo hegeliano. Para ele, a forma sistemática de pensar não constitui o pensar em si, na verdade é apenas uma forma de exposição do pensar. O filósofo entende o pensar como uma “atividade imediata” por conta da particularidade do

filosofia articula temas em consonância com este importante conceito no qual ele resgata a ideia de autonomia, diversidade e incausabilidade da natureza que outrora fora refém da teologia e da filosofia especulativa. Assim, ele a define:

Entendo sob natureza o cerne de todas as forças, coisas e seres sensíveis que o homem distingui de si como não-humanas; entendo em geral sob natureza, como já disse numa das primeiras aulas, certamente como Espinosa não como um ser como Deus supranaturalístico, que existe e age com vontade e razão, mas que atua somente conforme a necessidade de sua essência, mas por outro lado ele (a) não é para mim um Deus como é para Espinosa, ou seja, um ser ao mesmo tempo sobrenatural, transcendente, abstrato, misterioso, simples, e sim um ser múltiplo, popular, real, perceptível com todos os sentidos. Ou, falando praticamente: natureza é tudo o que se mostra ao homem (com exceção das sugestões supranaturalísticas da crença deística) imediatamente, sensorialmente, como a base e o objeto de sua vida. [...] Natureza é luz, é eletricidade, é magnetismo, é ar (...) Ou, se quisermos penetrar na anatomia da natureza, ela é o cerne ou a essência dos seres e das coisas cujos fenômenos (...) não tem seu fundamento em pensamentos, intenções e decisões mas em forças ou causas astronômicas, cósmicas[...] (FEUERBACH, 1989, p. 81-82).

Feuerbach rejeita essa perspectiva, pois para o filósofo é também na heteronomia, não apenas na autonomia que isola o sujeito do mundo em um eu subjetivo, mas na relação eu - tu que a moralidade é fundamentada.

Entre os filósofos supranaturalista criticados por Feuerbach destaca-se Kant, uma das figuras mais importantes no desenvolvimento do Iluminismo alemão. Para o autor de *A Essência do Cristianismo*, Kant estabelece uma proposta ética que parte do dever e acaba por dividir o indivíduo (*Individuum*) criando um sujeito em permanente conflito consigo mesmo ao tentar separá-lo daquilo que pode possibilitar sua felicidade. Assim, observa Adriana Serrão:

A moral kantiana parte de um sujeito em permanente colisão consigo mesmo, em luta entre duas naturezas, da liberdade com a necessidade natural, do dever puro com a inclinação empírica. Mas separa num eu isolado a vontade pura e a inclinação, a forma do dever e o conteúdo ao querer empírico é introduzir uma cisão inútil, uma tortura do eu ou um eu moral torturado, numa violação daquele direito incondicionado que é o próprio direito à felicidade (SERRÃO, 1999, p. 331).

O filósofo naturalista, como assim se definia, considera que esse tipo de filosofia constrói um homem fantasiosamente autônomo e desnecessariamente fragmentado por

---

pensamento porque esta é uma “atividade própria” de cada indivíduo: “Ninguém pode pensar por mim; eu convenço-me da verdade de um pensamento apenas através de mim mesmo” (FEUERBACH, p. 50, 2005).



estar fadado a uma cisão que desvincula a natureza como ente originário da ação humana. Assim, ela diverge entre o que está na esfera antropológica e natural e o que está na esfera de uma metafísica dos costumes, isto é, do dever ser.

Essa divergência expressa na fundamentação ética kantiana atinge dois momentos principais. O primeiro se refere à dualidade antropológica de natureza empírica e natureza pura que se traduz na contradição de felicidade e moralidade, de inclinação e dever, presente já no fundamento da moral de Kant. O segundo momento associa a felicidade com o condicionamento empírico e privado, isto é, Kant promove um sujeito moral em situação de isolamento.

Feuerbach critica esse isolamento no qual Kant coloca o sujeito transcendental, pois, para ele, o filósofo de Königsberg se refere a um ser abstrato e vazio, ou seja, Kant ambiciona a universalidade ética ao tentar atingir todos os seres racionais e não o homem de carne e osso em constante relação heterônoma com a natureza, mas nessa pretensão cai em uma abstração vazia na qual ainda pode ser notada, mesmo que veladamente, uma herança teológica por sua estreita relação com a moral do cristianismo.

A filosofia moral de Kant evidencia seu caráter abstrato, ao ser concebida “não para homens, mas para todos os possíveis seres racionais” (*Nach Aphorismen, GrünII*, 319); ao mesmo tempo trai sua origem e seus resíduos teológicos, patentes na exigência assexuada da autonomia como pureza, de forma sem matéria, de um imperativo sem afecto: “a filosofia de Kant, nomeadamente a sua moral é uma forma celibatária, sem matéria; homem sem mulher e sem filho. ‘Razão pura’, intuição pura, virtude pura – a imaculada concepção da virgem santa traduzida no conceito do protestantismo. Ali, nenhum homem; aqui, nenhuma mulher, nenhuma matéria.” *Nach Aphorismen, Grün II*, 319; cf; *Über mein Gedanket, G.W.* 10, 286 (SERRÃO, 1999, p. 331).

Desta maneira, Feuerbach deixa claro sua crítica a Kant e consequentemente ao Iluminismo no sentido em que privilegia uma ética deontológica que tortura o sujeito quando a sua felicidade pessoal entra em colisão com a felicidade do outro. Neste



momento da filosofia moderna se constrói um projeto ético alicerçado, ainda que sutilmente, no idealismo teológico<sup>103</sup> e Kant é seu principal difusor.

Kant é o idealismo ainda enredado no teísmo. Muitas vezes, já há muito que, na prática, nos libertámos de uma coisa, de uma doutrina, de uma ideia, mas não estamos ainda livres dela na cabeça; ela já não é nenhuma verdade no nosso ser – talvez nunca o tenha sido – mas é ainda uma verdade teórica, isto é, um limite da nossa cabeça. Porque toma as coisas com a máxima profundidade, a cabeça é também a última a libertar-se. A liberdade teórica é, pelo menos em muitas coisas, a última das liberdades. (FEUERBACH, 1988, p. 59).

No entanto, Feuerbach também não deixa de reconhecer em Kant a necessidade da fundamentação autônoma da moral, porém é bom deixar claro que essa autonomia é reivindicada como libertação de toda a referência à religião ou à transcendência, isto é, o que o filósofo de Landshut se detém a explicar é que o sujeito moral sempre o é em uma relação de autonomia e heteronomia necessariamente e ao mesmo tempo.

### **O Pioneirismo de Feuerbach**

A partir do exposto, podemos considerar o pioneirismo de Feuerbach como um dos primeiros filósofos da modernidade europeia a perceber a nocividade da exaltação da autonomia moral do indivíduo no Iluminismo, uma vez que essa autonomia tem em sua própria essência a equivocada noção a qual estabelece sua origem a partir da expansão do campo individual baseada em uma razão pura ao campo social. Tanto no Iluminismo como nas filosofias dos maiores autores modernos desde René Descartes a Georg Hegel (1770-1831) há a tentativa de fundamentar as noções éticas, morais e políticas que surgem no período moderno, seja a partir da fé como ocorre no Cristianismo, seja por meio de uma razão prática<sup>104</sup> (*Praktischer Vernunft*) ou especulações metafísicas abstratas que desconsideram a unidade homem/natureza e que deixam resquícios até nossa contemporaneidade.

---

<sup>103</sup> Feuerbach analisa criticamente a filosofia moral kantiana como uma supervalorização da razão que culmina em tratamento quase que divino a esta, transformando-a em uma espécie de teologia. Assim, bem observa Serrão (1999, p. 331) que Feuerbach acusa Kant de edificar uma espécie de teologia, ainda que o filósofo de Königsberg no prefácio da primeira edição de *A Religião nos Limites da Simples Razão* (KANT, p.09) diferencie sua filosofia moral de uma teologia, distinção esta negada por Feuerbach.

<sup>104</sup> Logo no início de sua *Crítica da Razão Prática* Kant explica que a *razão pura* contém em si fundamento prático que é suficiente para determinar a vontade. Desta maneira, a razão prática fornece também a priori os fundamentos da ação. Assim, a regra prática é sempre um produto da razão porque prescreve a ação como meio para o efeito, como intenção [*Absicht*].

Partindo deste viés, defendemos a ideia de que Feuerbach supriu uma carência presente em toda a modernidade que não conseguiu descobrir um fundamento vivo para a filosofia moderna capaz de encontrar uma unidade originária entre o ser humano e a natureza, como bem observa o filósofo idealista Friedrich Schelling (1775-1954) “Toda a filosofia europeia moderna, desde seu início (com Descartes) tem esta falta generalizada que consiste no fato de que, para ela, a natureza não está presente e escapa-lhe um fundamento vivo” (SHELLING, 1993, p.60).

Na modernidade encontramos uma ideia muito difundida pela filosofia que associa a liberdade à dominação da natureza interna e externa. Nesta, a razão é reduzida a um aspecto meramente científico e técnico, isto é, instrumental no qual põe a racionalidade na condição de refém de um caráter exageradamente econômico. A escola de Frankfurt através de autores como Herbert Marcuse (1898-1979) também percebe que esta concepção de razão surgida na modernidade carrega consigo elementos míticos desde seu surgimento, enquanto logos na Grécia Antiga:

A natureza (tanto a sua como a do mundo exterior) foi “dada” ao ego como algo que tinha de ser combatido, conquistado e até violentado; era essa a condição da autopreservação e do autodesenvolvimento. A luta começa com a perpétua conquista interna das faculdades “inferiores” dos indivíduos: as suas faculdades sensuais e apetitivas. A sua subjugação é considerada, pelo menos desde Platão, um elemento constitutivo da razão humana, a qual é, repressiva em sua própria função (MARCUSE, 1999, p.107).

### **Razão e Sensibilidade na Contemporaneidade**

Neste sentido é possível notar que a ideia de razão, como vista pela tradição filosófica presente na civilização ocidental, carrega em si uma noção de domínio e repressão da sensibilidade (*Sinnlichkeit*) como pressuposto necessário à emancipação humana. A sensibilidade, assim, é vista na modernidade como algo a ser combatido, menosprezado. Marcuse, ainda em *Eros e Civilização* no capítulo *A Dimensão Estética*, afirma que a partir do predomínio do racionalismo, a função cognitiva da sensualidade foi menosprezada. A sensualidade passou a ser vista como faculdade inferior e mesmo ínfima que fornecia na melhor das hipóteses, a mera substância, isto é, a matéria-prima para a cognição, enquanto competia às faculdades superiores do intelecto organizá-las.

Desse modo, a crítica do autor se debruça sobre uma visão dualista de indivíduo cindido entre mente e corpo, espírito e matéria que surge na antiguidade e adentra no

período da modernidade com sofisticados argumentos metafísicos. Essa divisão está presente na religião cristã e é transposta ao esclarecimento iluminista que se apoia na noção de um indivíduo autônomo que conquista sua autonomia ao passo que se distancia da sensibilidade presente na natureza, assim, esta fica subordinada ao crivo da razão. Essa ideia de autonomia é fundamentada na exacerbação da subjetividade, origina subjetivismos<sup>105</sup>, fundamenta a moral burguesa e traz consequências graves que hoje, cada vez mais, percebemos estar presentes em nosso modo de vida e nas diversas esferas sociais.

Na contemporaneidade, Zygmunt Bauman (1925-2017) nota o exagerado protagonismo da subjetividade através do acelerado processo da individualização em nossas relações sociais que, para ele, são relações efêmeras e voláteis. Bauman trabalha o conceito de modernidade líquida ao longo de suas diversas obras como em *Ética Pós-Moderna* (1997), onde o filósofo analisa criticamente a ética do Iluminismo e suas sequelas. Em sua obra *Isto Não é um Diário* (BAUMAM, 2012, s/ p.), mais precisamente na passagem *16 de dezembro de 2010*, define o conceito de “líquido” como “um processo progressivo de individualização, acelerado e cada vez mais intenso”. Isso acaba por levar os indivíduos a um estado de desespero e angústia. Esses efeitos colaterais são percebidos e analisados criticamente pelo filósofo por colocar nos ombros dos sujeitos um número cada vez maior de funções.

Assim, consideramos que a partir do momento em que o homem começa a fundamentar sua ética em rigorosos e sofisticados sistemas racionais que se contrapõem ou mesmo tentam superar a sensibilidade e justificar seus julgamentos nessas especulações abstratas, ele se distancia de si mesmo enquanto ser real, sensível alienando-se de sua própria essência genérica. Essa distância traz como grave consequência a falta de empatia pelo outro, segregação do gênero humano e discriminação de seus indivíduos.

---

<sup>105</sup> Subjetivismo tal como Feuerbach concebe em suas obras é a importância exagerada que o homem dá à sua própria subjetividade, enquanto indivíduo, que a torna referência inconsciente a todas suas ações e origem de tudo o que existe. A partir dessa demasiada importância os seres humanos se isolam do mundo natural da matéria e passam adorar indiretamente tudo aquilo que é oriundo de si mesmo, de sua própria essência mediada pela faculdade da imaginação, e não da relação que estes mantêm com seu próprio gênero e com a natureza real, independente e objetiva. Mas é bom ressaltar que Feuerbach não considera a subjetividade humana como nociva se compreendida dentro das relações entre o próprio gênero humano.

Desta forma, recuperar a dimensão da sensibilidade é um imperativo para a conquista da emancipação humana, uma vez que ela pode fornecer o fundamento necessário para uma nova concepção de razão, ou uma nova filosofia para o futuro, como propõe Feuerbach.

Superar essa situação através de uma reforma da filosofia se mostra uma necessidade a fim de libertar o homem das amarras criadas por ele mesmo a fim de contornar a subordinação da natureza e outros homens aos seus caprichos subjetivos. Analisar de modo crítico todo esse processo de exaltação da subjetividade presente na ideia de autonomia moral, individualidade e racionalidade ocorrida na Idade Moderna é uma exigência urgente para compreendermos nosso tempo.

### **Considerações Finais:**

Portanto, a análise da crítica antropológica de Feuerbach ao Iluminismo e a noção moderna de autonomia moral presente em Immanuel Kant revela que em sua filosofia transcendental há uma subordinação da felicidade pessoal do homem ao dever, coloca este como um fim em si mesmo, o que acarreta no isolamento do indivíduo e conseqüentemente o isola de seu próprio gênero. Ainda que com uma importante função pedagógica, a almejada autonomia moral não é real por desconsiderar a heteronomia, uma vez que, para Feuerbach, a autonomia só é possível apenas enquanto autonomia de um ser que ao mesmo tempo é ativo e passivo.

Enfim, Feuerbach nega o sujeito como figura central no mundo, pois essa ideia coloca muita responsabilidade no homem e o desvincula de sua relação necessária com a natureza, que é o que possibilita ao ser que ele seja o que realmente é. Somente a partir da natureza é que sua liberdade é efetivada frente às escolhas possíveis neste mundo dado, isto é, naquilo que já existe. O homem é condicionado pelos diversos meios materiais possíveis e deles precisa para poder se projetar no mundo enquanto homem. Somente a partir da relação Eu-Tu é que pode surgir uma teoria moral, não apenas da autodeterminação humana e, desta forma, é imprescindível sua relação com a natureza.

### **Referências Bibliográficas:**

- BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-Moderna**. Tradução de João R. Costa. São Paulo: Paulus, 1997.
- FEUERBACH, Ludwig. **A Essência do Cristianismo**. [1841]. Tradução de José da Silva Brandão. Campina-SP: Papyrus, 1988.
- FEUERBACH, Ludwig. **Princípios da Filosofia do Futuro e Outros Escritos**. [1843]. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- FEUERBACH, Ludwig. **Preleções Sobre a Essência da Religião**. [1851]. Tradução de José da Silva Brandão. Papyrus editora, 1989.
- FEUERBACH, Ludwig. **Filosofia da Sensibilidade e Outros Escritos** (1839- 1846). Tradução de Adriana Veríssimo Serrão. Centro de filosofia da universidade de Lisboa. Portugal; 2005.
- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. [1641]. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural. 1988.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de: Paulo Quintela. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1986.
- KANT, Immanuel. **A Religião nos Limites da Simples Razão**. Tradução de: Artur Mourão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1992.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª edição. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Tradução de Valério Rohden. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2003.
- KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução de: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO – Edições Profissionais Ltda, 2003.
- MARCUSE, Hebert. **Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- OLIVEIRA, Manfredo. **Filosofia na Crise da Modernidade**. Coleção Filosofia 12. São Paulo: Loyola, 1989.
- REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. V. 4. **História da Filosofia – de Spinoza a Kant**. São Paulo: Paulos, 2005.
- SCHELLING, Friedrich Wilhelm. **Investigações Filosóficas sobre a Essência da Liberdade Humana**. Lisboa: Edições 70, 1993.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. **A Humanidade Da Razão - Ludwig Feuerbach e o Projecto de uma Antropologia Integral**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.